

A TRAJETÓRIA DE INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR, DOS DOCENTES, DOS CURSOS E DAS MATRÍCULAS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAIS E A DISTÂNCIA NOS ANOS DE 2010 E 2017: UM OLHAR A PARTIR DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

Moisés Waismann¹

INTRODUÇÃO

Neste artigo, retoma-se a pesquisa realizada por ocasião do doutorado², que trata do estudo das alterações no sistema de ensino superior a partir da influência dos organismos internacionais, agora com a intensão verificar as mudanças ocorridas nas modalidades de ensino presencial e a distância, para tanto verifica-se a quantidade e a variação das Instituições de Educação Superior, por organização e categoria administrativa, assim como, o total de funções docentes em

1 Pós-Doutorando em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Doutor em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2013). Mestre em Agronegócios pelo Programa de Pós-Graduação em Agronegócios da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2002). Graduado em Ciências Econômicas pela UFRGS (1990). Professor-pesquisador e Coordenador da Linha de Pesquisa em Memória e Gestão Cultural do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle. Vice-Líder do Grupo de Pesquisa de Estratégias Regionais. Membro do Conselho Municipal de Cultura de Canoas e do Comitê Municipal de Economia Criativa de Porto Alegre. Coordenador do Observatório Unilasalle: Trabalho, Gestão e Políticas Públicas. Investiga assuntos relacionados ao trabalho e educação, ao mercado de trabalho, a economia da educação, ao ensino superior, as políticas públicas, as políticas públicas para educação, a economia da cultura, a cultura, a economia criativa e a moda.

2 O Banco Mundial e as Políticas Públicas para o Ensino Superior no Brasil: Um Estudo a Partir dos Dados do INEP (1995-2010), ver em: Waismann (2013).

exercício, por organização acadêmica, categoria administrativa e grau de formação, os cursos e as matrículas nos conjuntos dos cursos e especificamente na área da educação na graduação presencial e a distância, por organização acadêmica e categoria administrativa, no Brasil nos anos de 2010 e 2017.

A pesquisa dialoga com a área da economia da educação e das políticas públicas para a educação, mais especificamente, para o ensino superior. Trata-se de uma pesquisa documental, que toma como base o documento “*La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia*” (BANCO MUNDIAL, 1995) e as Sinopses do Censo da Educação Superior, produzidas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). É um estudo descritivo (TRIVIÑOS, 2009), que analisa o movimento no ensino superior na perspectiva do debate crítico.

O processo de acumulação capitalista que no pós-guerra contava com a força do Estado provedor, a partir dos anos 1970 é substituído na sua dinâmica pela ação do livre mercado, que agiria sentido de alocar os recursos produtivos e solucionar da melhor forma possível os interesses sociais. Este é papel de fundo da nova relação entre o Estado/Mercado e as Instituições de Ensino Superior, abrindo um espaço maior para o crescimento e consolidação do ensino superior privado. É nesta realidade que é elaborada e aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira de 1996. (WAISMANN, 2013).

Para Silva (2002), na formulação da LDB/1996 é o momento de da restauração liberal conservadora, que restituiu os projetos político-financeiros, visando dar uma nova organização ao Estado brasileiro a partir da desregulamentação do mercado, das privatizações de empresas estatais e da redução das políticas sociais. Estes preceitos foram adotados pelos Estados Nacionais que seguiram as “sugestões” dos organismos internacionais. Nota-se, desta forma, uma relação entre a elaboração da LDB e o período de vigência da visão neoliberal, sendo este um documento em sintonia com a orientação política da época em que foi concebida e que vem, deste então, orientando as questões da educação no Brasil. (WAISMANN, 2013).

É objetivo deste estudo revisitar a tese elaborada que tratava “[d]as alterações que ocorrem no mercado da educação superior, a partir da influência dos organismos internacionais nas políticas públicas para o ensino superior no Brasil(...)”. (WAISMANN, 2013).

Agora com as seguintes questões:

- a) Qual a trajetória das Instituições de Ensino Superior
- b) Como se comporta as funções docentes? Os docentes doutores? E dos professores com tempo integral por tipo e natureza das IES?
- c) Qual a trajetória do conjunto de curso? E dos da área da educação?
- d) Qual a percurso da quantidade de matrículas nas modalidades de cursos?

O texto está dividido em três partes para além desta introdução. Na segunda partes articula-se a relação da acumulação neoliberal, o Banco Mundial e as políticas públicas para o ensino superior, após exibe-se as variáveis estudadas e na sequência procura-se responder as questões propostas e por fim apresenta-se as considerações finais.

A RELAÇÃO DA ACUMULAÇÃO NEOLIBERAL, COM O BANCO MUNDIAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ENSINO SUPERIOR³

A articulação entre o Estado e as diversas formas de produção, sempre ocorreu (POULANTZAS, 2000), e estas estão em constante mutação não apenas, nos “diversos modos de produção, mas também segundo os estágios e fases do próprio capitalismo”. (POULANTZAS, 2000, p. 16). Quando se analisa o Estado e a Economia (capitalismo) de forma separada, tem-se a intenção de esconder a “presença constitutiva do político nas relações de produção e, dessa maneira, em sua produção”. (POULANTZAS, 2000 p. 18).

A relação do processo de acumulação do capital com o Estado e sua via inversa do Estado com o processo de acumulação não é direta e nem determinista, constitui-se numa relação conflituosa e dialética, pois a manutenção das duas instituições é feita a partir de sínteses cotidianas. A partir desse entendimento percebem-se as políticas públicas como operação do Estado comprometidas com a manutenção e as transformações necessárias nas diversas etapas do processo de acumulação do capital, tendo como objetivos a consolidação e manutenção, e quando necessária, a transformação, do sistema de acumulação.

3 Esta parte é uma síntese do capítulo 2 do texto “O Banco Mundial e as Políticas Públicas para o Ensino Superior no Brasil: Um Estudo a Partir dos Dados do INEP (1995-2010), em Waismann (2013).

Desta forma, como aponta Freitag (1987), o Estado assume para si a tarefa de criar e recriar espaços sociais que antes não estavam submetidos ao poder do Estado e mesmo em outros momentos ou contextos era de responsabilidade individual ou privada dos membros da sociedade.

Este processo é possível porque é o próprio processo de acumulação que cria a sua visão e ideia de mundo. É a “posição de poder dos empresários, [que] abrange a capacidade de definir realidade”. Sendo este o grupo que constrói a realidade, ou a narrativa dominante, pois são os investidores que estão “em posição de estabelecer a realidade e os efeitos do ‘aperto’ nos seus lucros por meio das suas próprias interpretações”. (OFFE, 1991, p. 118).

No contexto mais geral, o processo de acumulação capitalista desde o final dos anos de 1970 vive em um processo de transformação, passando da fase monopolista para a fase financeira, e, assim, necessita de outro tipo de Estado que possa regular este processo. Precisa de um Estado que regule a desregulamentação dos mercados existentes e passe para os cuidados do mercado bens e serviços que antes eram providos pelo próprio aparelho estatal. (WAISMANN, 2013).

Desta forma, o capital reformula o modelo de desenvolvimento realizando transformações na forma de produção, bem como na regulação das relações de produção. (SOUZA, 2002). Agora incorporando o sistema de ensino como foco de atenção para o seu movimento de expansão e de suas formas organizativas materiais, simbólicas e culturais organizando segundo a lógica capitalista o que outrora possuía uma orientação pública.

Este redirecionamento do Estado brasileiro é instruído pelas agências multilaterais, que são operadoras do pensamento neoliberal e concentram a hegemonia política e econômica. Suas orientações e ações mediadoras são seguidas por compartilhamento de visão de mundo das elites locais com as elites dos países (ditos) desenvolvidos por meio de uma intervenção consentida. Estas também reorganizam o próprio setor produtivo, exigindo toda uma reestruturação na forma de produção, que proporcionasse a manutenção e/ou aumento da participação no comércio mundial, por meio dos padrões internacionais que exigiam a incorporação da microeletrônica, bem como de outra cultura organizacional. Essas necessidades fizeram com que as empresas buscassem inovações organizacionais, investimentos em equipamentos. Nesta direção, foi necessário repensar a qualificação dos trabalhadores por meio de

programas de treinamento da força de trabalho que proporcionassem uma nova forma de produção. (SOUZA, 2002).

É neste contexto que se insere a educação, como o principal requisito para a integração no mercado de trabalho, em face do atual processo de transformação. A educação nesta nova realidade passa de um direito dado à cidadania para ser apropriada e ressignificada pelo processo de acumulação capitalista, sendo então percebida como instrumento para promover o crescimento e reduzir a pobreza. Neste sentido, reinterpreta-se o pensamento produzido pela Teoria do Capital Humano. (OLIVEIRA, 2000).

As alterações no ensino superior foram feitas a partir das recomendações do Banco Mundial. Para este, a principal função das Instituições de Ensino Superior (IES), é a formação de recursos humanos qualificados e profissionais habilitados para participar do processo de “desenvolvimento, adaptação e difusão das inovações” no âmbito nacional. As IES também devem assumir o papel de se constituírem em um espaço de construção de novos conhecimentos, bem como de propiciar um ambiente de transferência, adaptação e divulgação tecnológica por meio do ensino e da pesquisa (BANCO MUNDIAL, 1995). Pode-se perceber que para o Banco, o ensino superior assume um papel central no desenvolvimento econômico do país, para isso apresenta quatro orientações chaves para a reforma do sistema educacional, com o objetivo de conseguir as metas sem aumento do gasto público (BANCO MUNDIAL, 1995). Na próxima seção apresenta-se os dados produzidos na pesquisa para responder as questões propostas.

PERCURSO METODOLÓGICO E APRESENTAÇÃO DOS DADOS

Nesta parte do trabalho apresenta-se os dados, como estes foram produzidos e analisados. Os dados foram produzidos a partir da Sinopses do Censo da Educação Superior, disponibilizadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)⁴, e analisados utilizando a ferramenta da estatística descritiva como forma de tratamento dos dados construídos. Trata-se então de uma pesquisa documental.

4 Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas>>..

A tabela 1 apresenta quantidade de Instituições de Educação Superior, por Organização e Categoria Administrativa no Brasil nos anos de 2010 e 2017. O propósito da tabela é evidenciar o comportamento da variável estudada.

Tabela 1 - Quantidade de Instituições de Educação Superior, por Organização e Categoria Administrativa no Brasil nos anos de 2010 e 2017

Categoria Administrativa	2010			2017		
	Total	Pública	Privada	Total	Pública	Privada
Total de Instituições Ensino Superior	2.378	278	2.100	2.448	296	2.152
Universidades	190	101	89	199	106	93
Centros Universitários	126	7	119	189	8	181
Faculdades	2.025	133	1.892	2.020	142	1.878
IF e CEFET	37	37	-	40	40	-

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das Sinopses do Censo da Educação Superior. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas>>.

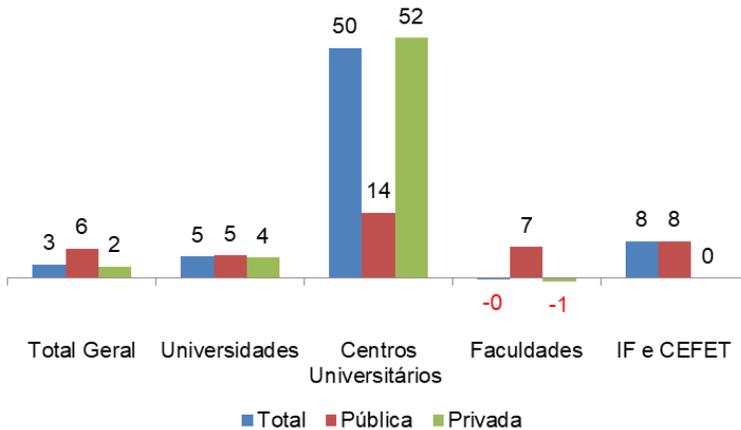
Analisando a tabela 1, nota-se que o total de Instituições de Ensino Superior tanto públicas como privadas crescem passando 2.378 no ano de 2010 para 2.448 em 2017. O mesmo ocorre com as Universidades, os Centros Universitários e os IF e CEFET. As Faculdades têm a sua quantidade diminuída no total em cinco, as públicas crescem em nove e as privadas recuam em quatro estabelecimentos. Pode-se então perceber que o crescimento está nas Instituições de Ensino que podem ofertar um leque maior de serviços educacionais. A próxima ilustração nos auxilia a ver este movimento ao longo do tempo.

A figura 1 exibe a variação, em percentual, da quantidade de Instituições de Educação Superior, por Organização e Categoria Administrativa no Brasil nos anos de 2010 e 2017. A finalidade da ilustração é observar o comportamento da variável estudada.

Visualizar a figura 1 deixa mais claro o movimento expresso na tabela 1. No total geral das Instituições Ensino Superior ocorre um crescimento entre os anos de 2010 e 2017 de 3%, as públicas crescem em 6% e as privadas em 2%. Existe um crescimento significativo dos Centros Universitários, que crescem no total em 50% puxado pelos estabelecimentos privados que crescem em 52%. As Faculdades reduzem no total, ao mesmo tempo em que, os estabelecimentos públicos crescem (7%) os privados encolhem (1%). Na sequência apresenta-se

o movimento da qualificação docente no que concerne a titulação e a dedicação as atividades docentes.

Figura 1 - Variação, em percentual, da quantidade de Instituições de Educação Superior, por Organização e Categoria Administrativa no Brasil nos anos de 2010 e 2017



Fonte: Elaborado pelo autor a partir das Sinopses do Censo da Educação Superior. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas>>.

A tabela 2 aponta a quantidade total de funções docentes em exercício, por organização acadêmica, categoria administrativa e grau de formação, no Brasil nos anos de 2010 e 2017. A intenção da tabela é evidenciar o comportamento da variável estudada.

Os professores com tempo integral também apresentam decréscimo nas Universidades privadas. Nos Centros Universitários existe um crescimento de professores, de doutores e de professores com tempo integral, tanto nas públicas como nas privadas. Nas Faculdades é que existe uma redução na quantidade total de docentes passando de 119.340 (2010) para 111.601 (2017) de professores, como também nas Faculdades privadas de 106.55 (2010) para 497.132 (2017) vínculos. Aqui a quantidade de doutores e os que possuem tempo integral também aumentou. Percebe-se que nas Universidades as instituições públicas concentram a maioria dos docentes, dos doutores e dos professores com tempo integral, nos Centros Universitários e nas Faculdades são as instituições privadas que concentram. Os IF e CEFET são somente públicos. A ilustração que segue ajuda a ver este movimento ao longo do tempo.

Tabela 2 - Quantidade total de funções docentes em exercício, por organização acadêmica, categoria administrativa e grau de formação, no Brasil nos anos de 2010 e 2017

Categoria Administrativa		2010			2017		
		Pública	Privada	Total	Pública	Privada	Total
	Total	345.335	130.789	214.546	380.673	171.231	209.442
Total	Doutorado	98.195	65.227	32.968	157.399	106.748	50.651
	Tempo Integral	156.370	104.957	51.413	201.437	146.551	54.886
	Total	183.122	113.407	69.715	206.464	138.270	68.194
Universidades	Doutorado	78.108	61.851	16.257	118.021	95.949	22.072
	Tempo Integral	120.432	94.636	25.796	147.300	121.799	25.501
	Total	34.348	1.118	33.230	45.460	1.344	44.116
Centro Universitário	Doutorado	5.456	179	5.277	10.870	371	10.499
	Tempo Integral	8.718	415	8.303	11.926	612	11.314
	Total	119.340	7.739	111.601	106.554	9.422	97.132
Faculdades	Doutorado	12.946	1.512	11.434	20.685	2.605	18.080
	Tempo Integral	19.675	2.361	17.314	21.015	2.944	18.071
	Total	8.525	8.525	.	22.195	22.195	-
IF e CEFET	Doutorado	1.685	1.685	.	7.823	7.823	-
	Tempo Integral	7.545	7.545	.	21.196	21.196	-

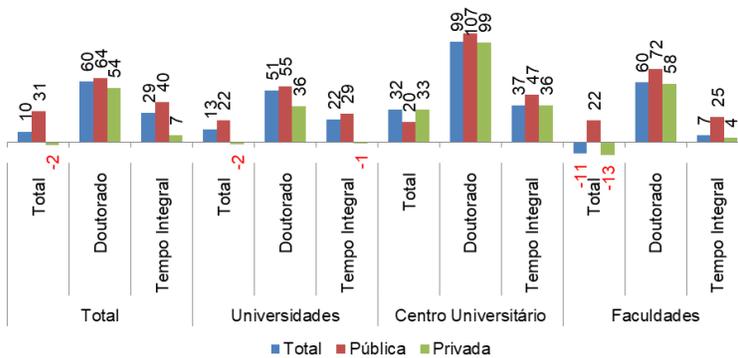
Fonte: Elaborado pelo autor a partir das Sinopses do Censo da Educação Superior. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas>>.

A figura 2 retrata variação, em percentual, da quantidade total de funções docentes em exercício, por organização acadêmica, categoria administrativa e grau de formação, no Brasil nos anos de 2010 e 2017. O intuito da ilustração é averiguar o comportamento da variável estudada.

Na figura 2 é atentar para o movimento ao longo do período observado. A quantidade de professores no total de Instituições Ensino Superior cresce em 10%, enquanto as públicas crescem 31% e as privadas são reduzidas em 2%. Os professores com doutorado no conjunto das IES aumentam em 60%, nas públicas em 64% e nas privadas 54%, e os docentes com tempo integral no conjunto das instituições tem uma expansão de 29%, sendo que nas públicas é de 40% e nas instituições privadas em 7%. Nas universidades ocorre uma redução (2%) na quantidade de docentes nas instituições privadas enquanto as públicas (22%) apresentam ampliação. Nas universidades a quantidade de docentes com título de doutorado aumenta, e os que possuem tempo inte-

geral apresentam redução (1%) somente nos estabelecimentos privados. Nos Centros Universitários temos incremento na quantidade de docentes, na quantidade de titulados com doutorado e nas funções com tempo integral. Nas Faculdades temos uma redução (11%) na quantidade de funções docentes puxadas pelos estabelecimentos privados (13%), as funções com doutorado e também com tempo integral aumentam em ritmos diferentes, mas aumentam. Na continuação mostram-se as alterações dos cursos no que diz respeito a sua oferta presencial ou à distância.

Figura 2 - Variação, em percentual, da quantidade total de funções docentes em exercício, por organização acadêmica, categoria administrativa e grau de formação, no Brasil nos anos de 2010 e 2017



Fonte: Elaborado pelo autor a partir das Sinopses do Censo da Educação Superior. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas>>.

A tabela 3 indica a quantidade total de cursos e de educação de graduação presenciais e a distância, por organização acadêmica e categoria administrativa, no Brasil nos anos de 2010 e 2017. O fim da tabela é examinar o comportamento da variável estudada.

A tabela 3 mostra que no conjunto dos cursos de graduação ocorreu crescimento tanto no presencial como no a distância, passando de 28.577 cursos no ano de 2010 para 33.272 cursos no ano de 2017 e 930 cursos para 2.108 cursos na graduação a distância respectivamente. As IES privadas concentram a quantidade de do conjunto dos cursos de graduação tano presencialmente quanto à distância no período estudado. Quando se olha a área da educação percebe-se uma retração dos cursos presenciais e um crescimento dos cursos a distância. No total a quantidade de cursos presenciais recua de 7.370 em 2010, para 6.519

em 2017, nas públicas sai de 3.544 em 2010 para 3.441 em 2017, e as privadas possuíam 3.826 cursos presencias em 2010 e 3.078 em 2017. Os cursos na área de educação na modalidade a distância têm um incremento no total da IES, passando de 518 cursos em 2010 para 772 em 2017. Nas instituições públicas e nas instituições privadas também ocorre este fenômeno publicas passando de 328 para 354 e nas IES privadas saindo de 190 para 418 no período de tempo analisado. Percebe-se que em 2017 existe uma prevalência das publicas pelo presencial e as privadas pela modalidade a distância na área da educação.

Tabela 3 - Quantidade de cursos de graduação e educação presenciais e a distância, por organização acadêmica e categoria administrativa, no Brasil nos anos de 2010 e 2017

Áreas Gerais	Total				"Educação			
	Presencial		a Distância		Presencial		a Distância	
	2010	2017	2010	2017	2010	2017	2010	2017
Total	28.577	33.272	930	2.108	7.370	6.519	518	772
Pública.	8.821	9.963	424	462	3.544	3.441	328	354
Privada.	19.756	23.309	506	1.646	3.826	3.078	190	418
Universidades	14.144	14.456	751	1.273	4.425	3.773	433	560
Pública.	7.467	7.838	398	428	3.113	2.838	313	332
Privada.	6.677	6.618	353	845	1.312	935	120	228
Centros Universitários	3.576	5.000	92	618	691	574	38	136
Pública.	94	126	0	0	15	20	0	0
Privada.	3.482	4.874	92	618	676	554	38	136
Faculdades	10.177	12.400	61	184	2.041	1.716	32	54
Pública.	580	583	0	1	203	127	0	0
Privada.	9.597	11.817	61	183	1.838	1.589	32	54
IF e CEFET	680	1.416	26	33	213	456	15	22
Pública.	680	1.416	26	33	213	456	15	22
Privada.	.	-	.	-	.	-	.	-

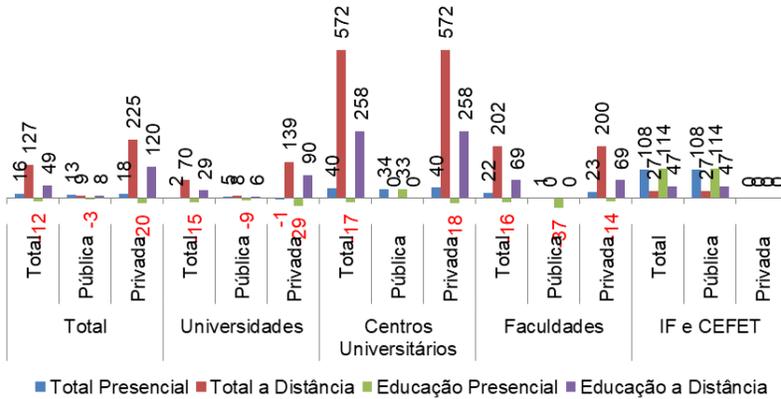
Fonte: Elaborado pelo autor a partir das Sinopses do Censo da Educação Superior disponível em <<http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas>>.

No total de universidades existe um crescimento no total de cursos de graduação bem como nos cursos a distância. Ocorrendo um decréscimo nos cursos presencias nos estabelecimentos privados. Ao olhar a área da educação percebe-se que existe uma redução nos cursos presencias e um acréscimo nos cursos de educação. Nos Centros Uni-

versitários ocorre no conjunto dos cursos de graduação tanto presenciais quanto a distância um crescimento, porém nos cursos da educação ocorre nos estabelecimentos privados uma redução nos cursos presenciais e um acréscimo nos cursos a distância. Situação semelhante ocorre as IES que são faculdades. A próxima ilustração mostra o comportamento comparado os anos de 2010 e 2017, em percentual,

A figura 3 demonstra a variação, em percentual, da quantidade de cursos de graduação presenciais e a distância, por organização acadêmica e categoria administrativa no Brasil nos anos de 2010 e 2017. O objetivo da ilustração é perceber o comportamento da variável estudada.

Figura 3 - Variação, em percentual, da quantidade de cursos de graduação presenciais e a distância, por organização acadêmica e categoria administrativa no Brasil nos anos de 2010 e 2017



Fonte: Elaborado pelo autor a partir das Sinopses do Censo da Educação Superior. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas.>>

A ilustração 3 evidencia que a variação ao longo dos anos de 2010 e 2017 para no total de cursos presenciais, ocorreu um crescimento de 16% no total IES, nos cursos a distância 127%, nos cursos da área de educação presencial ocorre uma redução de 12% e nos cursos a distância um acréscimo de 49%. Na IES públicas a variação é de 13%, 9%, -3% e 8% respectivamente. Nas IES privadas a variação apresenta-se com os seguintes valores 18%, 225%, -20% e 120%, seguindo a mesma ordem. Nas universidades nota-se um crescimento no total de cursos tanto presencial como a distância e uma redução nos cursos da área da educação presencial (15%) e um acréscimo (29%) nos cursos a distância. Nas pública somente nos cursos presenciais da área da

educação (9%) é que ocorre uma redução. Nas universidades privadas os cursos presenciais tem a sua quantidade reduzida. Nos Centros Universitários percebe-se que no total de curso tanto presencial quanto nos cursos a distância existe crescimento, porém este é maior no a distância. Já nos cursos da área da educação existe uma redução no presencial e um aumento no a distância puxada pelas IES privadas. O mesmo movimento encontra-se nas Faculdades. Na próxima ilustração é evidenciado o movimento das matrículas realizadas.

A tabela 4 relata a quantidade de matrículas em cursos de graduação presenciais e a distância, por organização acadêmica e categoria administrativa, no Brasil nos anos de 2010 e 2017. O propósito da tabela é verificar o comportamento da variável estudada.

Observa-se que no total de IES o total de cursos presenciais aumenta tanto no total como nas públicas e privadas ao longo do tempo, e nos cursos a distância que ocorre uma redução nas públicas que é compensado pelo aumento das privadas refletindo no crescimento total. Nos cursos da área da educação observa-se uma redução no presencial puxado pelos estabelecimentos privados, e um crescimento na modalidade a distância nos cursos. Nos estabelecimentos universitários no conjunto dos cursos presenciais ocorre um crescimento, porém nos cursos a distância nas IES públicas ocorre um decréscimo. Nos cursos de educação ocorre uma queda nos presenciais e um aumento no a distância. Nos Centros Universitários ocorre um acréscimo no total de cursos presencial e a distância, ao mesmo tempo em que ocorre um decréscimo nos cursos presenciais da área da educação e um crescimento dos cursos a distância.

Tabela 4 - Quantidade de matrículas em cursos de graduação presenciais e a distância, por organização acadêmica e categoria administrativa, no Brasil nos anos de 2010 e 2017

		Total				Educação			
		Presencial		a Distância		Presencial		a Distância	
		2010	2017	2010	2017	2010	2017	2010	2017
Total	Tot.	5.449.120	6.529.681	930.179	1.756.982	923.510	847.842	425.355	745.611
	Pub.	1.461.696	1.879.784	181.602	165.572	454.041	492.494	102.098	110.145
	Priv.	3.987.424	4.649.897	748.577	1.591.410	469.469	355.348	323.257	635.466
Universidades	Tot.	2.809.974	3.249.811	654.737	1.190.106	572.329	538.086	281.286	513.961
	Pub.	1.272.971	1.573.022	162.668	147.088	408.622	428.302	97.949	103.179
	Priv.	1.537.003	1.676.789	492.069	1.043.018	163.707	109.784	183.337	410.782
Centros Universitários	Tot.	741.631	1.103.140	95.049	491.224	81.589	68.649	53.474	193.861
	Pub.	14.166	18.712	0	0	1.402	1.535	0	0
	Priv.	727.465	1.084.428	95.049	491.224	80.187	67.114	53.474	193.861
Faculdades	Tot.	1.828.943	2.007.774	161.459	62.423	254.543	192.814	86.446	30.823
	Pub.	105.987	119.094	0	5.255	28.968	14.364	0	0
	Priv.	1.722.956	1.888.680	161.459	57.168	225.575	178.450	86.446	30.823
IF e CEFET	Tot.	68.572	168.956	18.934	13.229	15.049	48.293	4.149	6.966
	Pub.	68.572	168.956	18.934	13.229	15.049	48.293	4.149	6.966
	Priv.	-	-	-	-	-	-	-	-

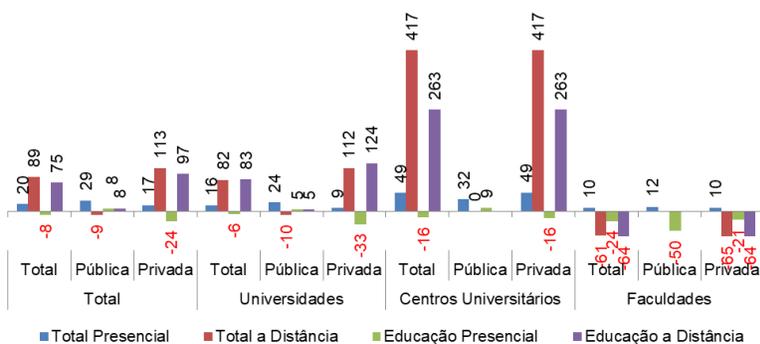
Fonte: Elaborado pelo autor a partir das Sinopses do Censo da Educação Superior disponível em <<http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas>>.

A figura 4 explicita a variação, em percentual, da quantidade de matrículas em cursos de graduação presenciais e a distância, por organização acadêmica e categoria administrativa, no Brasil nos anos de 2010 e 2017. A intenção da tabela é observar o comportamento da variável estudada.

Na figura 4 pode-se perceber que no total de Instituições de Ensino Superior o conjunto dos cursos presenciais e a distância apresentam crescimento de 20% e 89% respectivamente. Nas públicas a modalidade a distância no conjunto dos cursos tem uma redução de 9%,

já as privadas crescem em 113%. Quando se olha os cursos na área da educação percebe-se que os cursos presenciais tem uma redução de 8% puxado pelos estabelecimentos privados que encolhem em 24% a quantidade de matrículas. Os cursos a distância na área da educação crescem nas instituições privadas em 97% enquanto nas públicas o crescimento é de 8%. Nos estabelecimentos universitários existe um crescimento de 16% no presencial e de 82% nos cursos a distância, enquanto nas públicas o presencial cresce (24%) os cursos a distância (10%) encolhem, e nas privadas cresce os cursos a distância (112%) muito mais que o presencial (9%). Nos cursos da área da educação ocorre uma redução de 6% nos cursos presenciais, puxado pelo decréscimo de 33% nos estabelecimentos privados. Os cursos a distância na área da educação crescem em 124% nas privadas e apenas 5% nas universidades públicas. Na terceira parte do trabalho procura-se responder as questões propostas na introdução do texto.

Figura 4 - Variação, em percentual, da quantidade de matrículas em cursos de graduação presenciais e a distância, por organização acadêmica e categoria administrativa, no Brasil nos anos de 2010 e 2017



Fonte: Elaborado pelo autor a partir das Sinopses do Censo da Educação Superior disponível em <<http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas>>.

PROBLEMATIZANDO AS QUESTÕES PROPOSTAS

Nesta parte do trabalho, problematizam-se as questões propostas na introdução do texto. Sobre a trajetória das Instituições de Ensino Superior, por organização e categoria administrativa no Brasil nos anos de 2010 e 2017, pode-se dizer com base nos dados produzidos que estas estão concentradas e com o passar do tempo concentram-se nos estabe-

lecimentos privados, sendo que a maioria das Universidades ainda são públicas, com os estabelecimentos privados crescendo neste setor. Nos Centros Universitários e nas Faculdades percebe-se a grande presença dos estabelecimentos privados, e nos IF e CEFET é que se tem somente instituições públicas. Percebe-se ao comparar os anos de 2010 e 2017 que no geral ocorre um crescimento de 3%, e nas as públicas (6%) e nas privadas (2%), ocorrendo um crescimento (50%) importante nos Centros Universitários, já as Faculdades reduzem no total.

Sobre as funções docentes, percebe-se que estão concentradas nas instituições privadas, ao mesmo tempo em que as Universidades públicas aglutinam a maioria dos professores assim como os doutores (docentes). Os Centros Universitários e as Faculdades retêm os professores com titulação de doutorado. Os professores com tempo integral estão congregados no conjunto dos estabelecimentos públicos, assim como nas Universidades públicas, depois são os Centros Universitários e as Faculdades privadas que agrupam estes docentes. Olhando ao longo do período estudado percebe-se que a quantidade de professores no total cresce em 10%, enquanto as públicas crescem 31% e as privadas são reduzidas em 2%. Os professores com doutorado aumentam em 60%, nas públicas em 64% e nas privadas 54%, e os docentes com tempo integral no conjunto das instituições tem uma expansão de 29%, sendo que nas públicas é de 40% e nas instituições privadas em 7%.

Sobre qual a trajetória do conjunto de curso e dos cursos na área da educação, pode-se dizer que os primeiros estão concentrados nos estabelecimentos privados, e que os segundos mesmo perdendo espaço nas privadas ao mesmo tempo em que aumentam a oferta nos cursos a distância. As Universidades públicas concentram o conjunto dos cursos presenciais, porém são os estabelecimentos privados que absorvem a maioria dos cursos a distância. Os cursos da área da educação presencial diminuem tanto nas públicas quanto nas privadas, já os a distância cresce nestes dois tipos de estabelecimentos. Os Centros Universitários e as Faculdades privadas congregam o total de cursos presenciais e a distância, verifica-se que ocorre uma redução nos cursos da área da educação presencial e um crescimento do a distância. Nota-se nos dados produzidos que ao longo dos anos de 2010 e 2017 para no total de cursos presenciais, ocorreu um crescimento de 16% no total IES, nos cursos a distância 127%, nos cursos da área de educação presencial ocorre uma redução de 12% e nos cursos a distância um acréscimo de 49%.

No conjunto das matrículas, percebe-se que os estabelecimentos privados concentram as matrículas tanto do presencial quanto no a distância, e na área da educação os estabelecimentos privados que em 2010 possuíam a maior quantidade de matrículas chegam em 2017 com os estabelecimentos públicos passando a frente, no a distância os estabelecimentos privados possuem a supremacia. Nas universidades as instituições privadas possuem a maioria do total de matrículas (presencial e a distância). Na área da educação as públicas lideram as matrículas presenciais e as privadas as matrículas a distância. E são os Centros Universitários e as Faculdades ficam com a maioria das matrículas (presencial e a distância) no total e na área da educação. Nota-se que conjunto dos cursos presenciais e a distância apresentam crescimento de 20% e 89% respectivamente. Nas públicas a modalidade a distância no conjunto dos cursos tem uma redução de 9%, já as privadas crescem em 113%. Desta forma percebe-se que os cursos e as matrículas estão concentradas nas Instituições de Ensino privadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse texto foi retomado a pesquisa realizada no doutorado, agora para verificar as mudanças ocorridas nas modalidades de ensino presencial e a distância, pode-se observar que no conjunto das IES ocorre um crescimento de 3%, e sendo que nas públicas (6%) e nas privadas (2%), ocorrendo um crescimento (50%) importante nos Centros Universitários, ao mesmo tempo em que as Faculdades reduzem o seu total. Nas funções docentes, percebe-se que estão concentradas nas instituições privadas, ao mesmo tempo em que as Universidades públicas aglutinam a maioria dos professores assim como os doutores (docentes). Sobre o conjunto de curso e dos cursos na área da educação, pode-se dizer que os primeiros estão concentrados nos estabelecimentos privados, e que os segundos mesmo perdendo espaço nas privadas ao mesmo tempo em que aumentam a oferta nos cursos a distância, e sobre as matrículas é possível dizer que conjunto dos cursos presenciais e a distância apresentam crescimento de 20% e 89% respectivamente, ao mesmo tempo em que tanto os cursos quanto as matrículas estão concentradas nos estabelecimentos privados.

REFERÊNCIAS

- BANCO MUNDIAL. **La enseñanza superior**: las lecciones derivadas de la experiencia. Washington, 1995.
- FREITAG, Barbara. **Política educacional e indústria cultural**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1987. 86 p. (Polêmicas do nosso tempo).
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Sinopse estatística da educação superior 2010**. Brasília, DF. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas>>. Acesso em: 15 maio 2019.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Sinopse estatística da educação superior 2017**. Brasília, DF. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas>>. Acesso em: 15 maio 2019.
- OFFE, Claus. **Problemas estruturais do estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- _____. **Trabalho e sociedade**: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da ‘sociedade do trabalho’. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, v. 2, 1991.
- OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Educação básica**: gestão do trabalho e da pobreza. Petrópolis: Vozes, 2000.
- OLIVEIRA, Marcos Marques de. As origens da Educação no Brasil da hegemonia católica às primeiras tentativas de organização do ensino. **Ensaios**: avaliação e políticas públicas em educação, Rio de Janeiro, v. 12, n. 45, p. 945-958, out./dez. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v12n45/v12n45a03.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2009.
- POULANTZAS, Nicos. **O estado, o poder, o socialismo**. 3.ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000.
- SILVA, Maria Abádia da. **Intervenção e consentimento**: a política educacional do Banco Mundial. São Paulo: FAPESP, 2002.
- SOUZA, José dos Santos. **Trabalho, educação e sindicalismo no Brasil**: anos 90. Campinas: Autores Associados, 2002.
- TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2009.
- WAISMANN, Moisés. **O Banco Mundial e as Políticas Públicas para o Ensino Superior no Brasil**: um estudo a partir dos dados do INEP (1995-2010). 2013. 235 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2013.

